

Associação abre comemorações dos 60 anos



BARBARA PEIXOTO

Com a apresentação da Orquestra Jovem de Contagem (foto) e inauguração da exposição de fotos “AMMP: 60 anos” foram abertas as comemorações dos 60 anos da Associação Mineira do Ministério Público.

PÁGINA 3

Revista JUS tem lançamento especial

Dentro das comemorações dos 60 anos, foi lançado pela Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), no dia 9 de agosto, o número 27 da Revista JUS. Na edição, são homenageados os procuradores de Justiça Délio Osório (*in memoriam*) e Antônio José Leal. Recebeu também especial homenagem *in memoriam* o promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego.

BARBARA PEIXOTO



Sasdelli, Viola, Abritta, Nedens e Carlos André

AMMP promove
Almoço de
Aposentados e
Pensionistas

PÁGINA 4

Agenda Cultural
realiza mais uma
edição em
Sete Lagoas

PÁGINA 5

PÁGINA 7

Conamp elege nova diretoria

Nedens Ulisses é o 1º vice-presidente



A nova diretoria toma posse em março de 2014



ASSOCIAÇÃO MINEIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Timbiras, 2.928
Barro Preto
30140-062
Belo Horizonte/MG
ammp@ammp.org.br
www.ammp.org.br

O AMMP Notícias é
uma publicação da
Associação Mineira do
Ministério Público

Presidente
Nedens Ulisses
Freire Vieira

1º vice-presidente:
Shirley Fenzi Bertão

2º vice-presidente
João Medeiros Silva Neto

3º vice-presidente
Edson Ribeiro Baeta

4º vice-presidente
Gilberto Osório Resende

1º diretor administrativo
Selma Maria
Ribeiro Araújo

2º diretor administrativo
Valéria Dupin Lustosa

1º diretor financeiro
Carlos Henrique
Torres de Souza

2º diretor financeiro
Luiz Felipe de
Miranda Cheib

Responsáveis pela edição

Jornalista responsável
Ofélia L. P. Bhering
(MG 2.289 JP)

Repórteres
Bárbara Peixoto

Felipe Jávare
(MTB 12046/MG)

Diagramação
Edições Geraes Ltda.

Tiragem
1.000 exemplares

A 1ª vice-presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Cavalcanti, foi eleita por aclamação no dia 29 de agosto, em Brasília, pelo Conselho Deliberativo da entidade. A eleição por aclamação deu-se por proposição do presidente da Conamp, César Mattar Jr. Norma encabeçou a chapa "Trabalho e Integração" e ficará à frente da associação no biênio 2014/2016. O presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Nedens Ulisses, é o primeiro vice-presidente.

Os membros da diretoria e do

conselho fiscal serão empossados em março de 2014. Foram escolhidos também os diretores regionais da Conamp.

Durante a reunião, o presidente da Conamp homenageou, em nome do Conselho Deliberativo, a presidente eleita. Na oportunidade, César também se lembrou da história do trabalho em conjunto com Norma desde 2006. "Entrego essa moção de reconhecimento pela profícua gestão na Associação do Ministério Público do Estado da Bahia (Ampeb) e participação deste colegiado de forma a promover a união do Ministério Público", disse César.

Norma iniciou o discurso com uma frase do papa Francisco: "Não tenho nem ouro, nem prata. Tenho a minha fé, minha determinação para promover a luta em prol do Ministério Público para que a instituição seja sempre parceira da sociedade, pela união entre o Ministério Público Estadual e Federal, pela divulgação da Conamp, por melhores condições de trabalho e consolidação das nossas prerrogativas".

O ex-conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) Tito Amaral também recebeu moção de reconhecimento.

Segundo César, o colegiado reconhece o grande profissional que é o conselheiro que foi. "Este Conselho Deliberativo reconhece a magnitude do seu trabalho em prol do MP, em conjunto com o CNMP".

Tito agradeceu a homenagem. "Fico muito contente por este reconhecimento em especial, pois sou reconhecido pelos meus colegas", destacou.

Diretoria

A diretoria ficou assim composta:

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti (BA), presidente; Nedens Ulisses Freire Vieira (MG), 1º vice-presidente; Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto (RS), 2º Vice-Presidente; Alexandre Magno Benites de Lacerda (MS), secretário-geral.

Do Conselho Fiscal fazem parte:

Andrey Cunha Amorim (SC), presidente; Marcello Souza Queiroz (ES), vice-presidente; Antonio Marcos Dezan (DF), secretário; e o membro Adilza Inácio de Freitas (AL).

Os diretores regionais eleitos foram:

Sul - Francisco Zanicotti (PR); Centro-Oeste - Giovanni Rattacaso (ANMPM); Nordeste - José Cutrim (MA); Norte - Samir Dahás (PA); Sudeste - Luciano Mattos (RJ).

Janot é aprovado em sabatina no Senado

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal aprovou, por 22 votos contra 2, a indicação de Rodrigo Janot para o cargo de procurador-geral da República no dia 30 de agosto. Em seu discurso, Rodrigo Janot disse que a corrupção é "um sinal forte de atraso social e econômico" ainda presente no Brasil. O combate a esse mal, entretanto, não é, na opinião dele, uma atribuição exclusiva do Ministério Público. "É preciso estabelecer parcerias para que se possa travar uma luta eficaz contra a ação de corruptos e corruptores", afirmou.

Janot prometeu maior grau de transparência em relação ao trabalho da Procuradoria. A ideia dele é criar o que chamou genericamente de "cartório", por meio do qual os cidadãos poderão ter acesso aos processos com investigações concluídas, desde que não estejam sob sigilo de justiça.

Outra promessa de Janot foi a de agir de forma "equilibrada", de modo que a firmeza necessária ao cargo não transborde para ações que prejudiquem injustamente os investigados. Entre as possibilidades de obter dos

atores sociais o cumprimento da lei ele mencionou os ajustes de conduta, acordos por meio dos quais uma parte investigada pode fazer reparos numa determinado procedimento de modo a se adequar à legislação.

O presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), César Mattar Jr., o presidente da AMMP, Nedens Ulisses, e membros do conselho deliberativo da entidade acompanharam a sabatina de Janot.

Escolha

Em abril, Janot recebeu 511 votos em eleição da Associação Nacional dos Procuradores da República para o cargo. Liderou a lista triplice da entidade, junto com Ela Wiecko (457 votos) e Deborah Duprat (445 votos). Sua nomeação foi anunciada em 17 de agosto.

A escolha é de livre nomeação da presidência da República. Desde o Governo Luiz Inácio Lula da Silva, adotou-se a lista triplice com os mais votados pelos profissionais da categoria. Com a escolha de Janot, Dilma mantém a tra-



Rodrigo Janot

dição de nomear o mais votado.

Rodrigo Janot, de 56 anos, é mineiro e ingressou no Ministério Público Federal em 1984, chegando ao cargo de subprocurador em 2003. Foi presidente da associação dos procuradores entre 1995 e 1997, cargo ocupado por Roberto Gurgel entre 1987 e 1989. Integrou também a lista triplice de 2011. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, tem especialização em Direito do Consumidor e Meio Ambiente pela Escola Superior de Estudos Universitários de S. Anna, na Itália.

Associação Mineira dá início às comemorações dos 60 anos

A apresentação da Orquestra Jovem de Contagem e a inauguração da exposição de fotos “AMMP: 60 anos” marcaram, na manhã do dia 1º de agosto, o início das celebrações dos 60 anos da Associação Mineira do Ministério Público.

A abertura da solenidade foi feita pelo historiador do Ministério Público, procurador de Justiça Joaquim Cabral Netto, seguido do presidente da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais, procurador de Justiça Luiz Carlos Abritta; do procurador-geral de Justiça, Carlos André Mariani; e do presidente da AMMP, Nedens Ulisses.

Joaquim Cabral, depois de lembrar de todos aqueles que ajudaram a construir a Associação, “muitos que já partiram”, destacou sua imensa alegria de “celebrar os 60 anos da Casa”. Falou ainda das “lutas, fraquezas e esperança de cada um” na construção do MP. Para ele, “uma instituição que não tem história está fadada ao fracasso”. Ao final, leu um poema sobre “a explosão de lembranças e saudade” que vive e de sua felicidade de ter testemunhado as lutas e avanços do Ministério Público, “a última esperança daqueles que não têm mais qualquer esperança”.



Fotos: Bárbara Peixoto

Luiz Carlos Abritta, que inaugurou a primeira sede da AMMP no começo dos anos 80, enfatizou a luta permanente do Ministério Público e a alegria de estar na festa dos 60 anos, destacando os trabalhos do MP “em favor do outro com amplitude cada vez maior”.

Para o procurador-geral Carlos André Mariani, “neste dia só há o

que comemorar”. Ele destacou os trabalhos de cada membro do MP, dos inativos, dos diretores da Associação e dos funcionários e, especialmente, da juventude, representada, naquele momento, pela Orquestra Jovem de Contagem na luta contra a PEC 37, “que teve o poder de, como um condão, unir todo o Ministério Público brasileiro”.

O historiador do MP, Joaquim Cabral Netto, abriu a solenidade



Exposição de fotos mostra os 60 anos da AMMP



A Orquestra Jovem de Contagem participou do evento

Agradecimento e reverência

Nedens Ulisses, finalizando, agradeceu a todos os presentes à cerimônia de abertura das celebrações dos 60 anos “da gloriosa AMMP”, reverenciando aqueles que ajudaram a consolidar o MP, lembrando que a história da Instituição Ministerial no Brasil, sempre foi conduzida e

escrita pelas associações de classe, tendo muito destaque a AMMP nessa caminhada”.

Também participaram da solenidade os ex-presidentes da AMMP José Antero Monteiro Filho, Flo-desmidt Riani, Mauro Flávio Ferreira Brandão e José Silvério Per-

digão de Oliveira, o sub-corregedor geral do Ministério Público, Mario Drummond da Rocha, a ouvidora-geral do Ministério Público, Ruth Lies Scholte Carvalho, diretores e ex-diretores da AMMP, procuradores, promotores de Justiça, associados e pensionistas.

AMMP promove Almoço de Aposentados e Pensionistas

FOTOS: PEDRO HENRIQUE



Rômulo, Viola, Nedens, Leal, Shirley, Cabral, Monteiro, Renê, Riani e Marlene

A Associação Mineira do Ministério Público promoveu, no dia 3 de agosto, o tradicional almoço de aposentados e pensionistas. Cerca de 150 associados e familiares foram recebidos pelo presidente Nedens Ulisses e diretores.

O Almoço dos Aposentados e Pensionistas é uma grande oportunidade de reencontro de amigos e renovação dos vínculos à entidade, destaca Nedens Ulisses. Esse conagração reúne anualmente aqueles que ajudaram a construir a história do MP mineiro.

A galeria de fotos do encontro está na página da AMMP no Facebook.



Maria José e família



Antônio Garcia e família



Nedens, Manoel Divino e filho e Perdigão



Lúcia Mansur e Maria de Lourdes



Rosana, Carmen e família



Luiz Gomes da Silva e família

Associação lança nº 27 da Revista JUS com homenagens

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) lançou, no dia 9 de agosto, a edição 27 da Revista JUS, pela Editora Fórum, certificada pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Nessa edição, são homenageados os procuradores de Justiça Délio Osório (*in memoriam*) e Antônio José Leal, por tudo que representam para a história do MP mineiro. Recebeu também especial homenagem *in memoriam* o promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos, com a publicação de uma ação civil pública de sua autoria.

O presidente da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais, Luiz Carlos Abritta, abriu a solenidade. O procurador de Justiça Antônio Sérgio Rocha de Paula, filho do ex-presidente da AMMP Délio Osório, agradeceu a homenagem e contou algumas passagens da vida de seu pai à frente da Associação.

O procurador de Justiça Marcos Viola, presidente do Conselho Deliberativo da AMMP (capital), fez a saudação a Antônio José Leal, enfatizando suas raízes nortemineiras, registrando sua firmeza de caráter, o que, dentre outras virtudes, o distinguiu ao longo de sua brilhante carreira no Ministério Público. Emocionado, o procurador de Justiça Antônio José Leal agradeceu a homenagem



FOTOS BARBARA FLEXOTO

que lhe foi feita.

Ao final da solenidade, o presidente da AMMP, Nedens Ulisses, fez agradecimentos, saudações e alguns registros, além de reverenciar os homenageados.

Participaram do lançamento o procurador-geral de Justiça, Carlos André Mariani Bittencourt; o corregedor-geral do Ministério Público de Minas Gerais, Luiz Antônio Sasdelli Prudente; o conselheiro nacional do Ministério Público, Jarbas Soares Júnior e o presidente da Editora Fórum, Luís Cláudio Rodrigues Ferreira. Estiveram presentes também colegas e familiares dos homenageados.



Os homenageados foram os procuradores Délio Osório (*in memoriam*), Antônio José Leal e promotor Francisco José Lins do Rego

Peças premiadas em 2012 e artigos doutrinários estão na edição

Estão na Revista as peças premiadas no Concurso Melhores Práticas do Ministério Público do ano passado. São dos promotores Fábio Reis Nazareth, que trata da exploração indevida do transporte coletivo (primeiro lugar); Maria de Lurdes Santa Gema e Matilde Fazendeiro Patente, acerca do direito à educação in-

fantil e o controle do Ministério Público da execução orçamentária na área de educação (segundo lugar) e Leonardo Castro Maia, Carlos Eduardo Fernandes Neves e Paulo Maurício Simão, sobre a disposição de resíduos sólidos em local não licenciado (terceiro lugar)

No campo da reflexão doutrinária

participam os artigos de Antônio Pereira Gaio Júnior, Bruna Azevedo de Souza, Calixto Oliveira Souza, Héli-vio Simões Vidal, Humberto Dalla Bernardina de Pinho, Júlio César Teixeira Crivellari, Laércio Conceição Lima, Marcos Tofani Baer Bahia e Paulo Calmon Nogueira da Gama.

A Voz do Ministério Público aborda saúde mental do preso, direitos dos idosos e corrupção

O procurador de Justiça Antônio de Pádova Marchi, professor de Direito Penal, foi o entrevistado do dia 16 de julho d'A Voz do Ministério Público. Ele falou sobre saúde mental do preso. Pádova abordou a execução da medida de segurança e outros aspectos da execução penal relacionados à saúde mental do preso.

A promotora de Justiça Ana Paula Mendes Rodrigues, titular da Promotoria de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosos, foi a entrevistada do dia 6 de agosto. Ela falou sobre a atuação do Ministério Público na defesa dos direitos das pessoas idosas e da proteção dessa parcela da população contra atos de violência.



Fotos Barbara Pixoto

▲ Benny Cohen e Antônio de Pádova



▲ Ana Paula Rodrigues

No dia 20 de agosto, o promotor de Justiça Fabiano Ferreira Furlan, da 9ª Promotoria de Justiça de Belo Horizonte / Auditoria Militar, falou sobre corrupção, tema também do livro que lançará em setembro (veja em Estante). Foram abordados os aspectos gerais da corrupção, as dificuldades em se punirem os corruptos e aqueles que cometem atos de improbidade administrativa.

O programa vai ao ar às

20 horas pela TV Comunitária de Belo Horizonte (canal 6 NET, canal 13 da OI, www.tvcbh.com.br). A Voz do Ministério Público é reprisado pela TV Comunitária de Belo Horizonte às quintas-feiras, às 20 horas; aos sábados, às 8h30; e, aos domingos, às 13 horas. É também exibido pela TV Assembleia, às segundas-feiras, às 19 horas; às quartas-feiras, às 2 da manhã; às quintas, às 5 da manhã; e, aos sábados, às 6h30.



OFELIA BHEINING

▲ Fabiano Furlan

Todos os programas estão disponíveis no site da AMMP – www.ammp.org.br



SEGURO AUTO. COM A SIENA É MELHOR!

Para garantir o valor do seu carro, nada melhor que fazer o seu seguro-auto através da SIENA CORRETORA DE SEGUROS. Para você, que é associado da AMMP, nós oferecemos preços, coberturas e vantagens exclusivas. E fazendo o seu seguro auto com a SIENA, você contribui para fortalecer e ampliar a ação da sua entidade de classe na defesa dos seus interesses. Experimente. Ao fazer ou renovar o seu seguro, solicite um orçamento com a Siena.

Para fazer o seu Seguro de Automóvel acesse: www.sienaseguros.com.br ou ligue: 0800 771 1231



ASSOCIAÇÃO MINERA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

GRUPO SEGURADOR





Sete Lagoas recebe Agenda Cultural

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) promoveu, no dia 22 de agosto, a Agenda Cultural em Sete Lagoas. O presidente da AMMP, Nedens Ulisses, reuniu-se com os associados da Seção Regional. Foram tratados assuntos institucionais e administrativos de interesse da classe. Participaram também a diretora administrativa Selma Maria Ribeiro Araújo e o 2º vice-presidente João Medeiros.

À noite, foi promovida palestra aberta ao público universitário, visando estreitar os vínculos entre o MP e o meio acadêmico. O palestrante foi o procurador de Justiça, mestre e doutor em Ciências Penais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Antônio de Pádova Marchi Junior, que falou sobre “Aspectos atuais da Política Criminal de Combate às Drogas”, no Centro Universitário de Sete Lagoas (Unifemm).



Fotos: Pedro Henrique



Promotor Paulo César Ferreira; Roberto Nogueira, diretor da Unidade Acadêmica de Direito; Nedens Ulisses e Antônio de Pádova



Promotores de Sete Lagoas e diretoria da AMMP



Associação instala retratos de dois ex-presidentes

Fotos: Estúdio VSilva



A instalação dos retratos dos ex-presidentes da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) José Silvério Perdigão de Oliveira e Rômulo de Carvalho Ferraz, na Galeria de Ex-Presidentes da AMMP, está programada para o dia 9 de setembro, às 18 horas, no edifício-sede.

JOSÉ PERDIGÃO, que é tesoureiro da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), presidiu a AMMP nos biênios 2005/2007 e 2007/2009.

RÔMULO FERRAZ, hoje secretário de Estado da Defesa Social, esteve à frente da AMMP no biênio 2010/2012.



Diretoria Administrativa faz campanha para economizar energia

A Diretoria Administrativa da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) deflagrou, no dia 26 de agosto, campanha para redução do consumo de energia elétrica entre os funcionários e associados, visando economizar energia no prédio-sede. A diretora Selma Maria Ribeiro espera a adesão de todos.

Para combater o desperdício de energia é preciso mudar hábitos, promovendo o consumo consciente. Evitar deixar lâmpadas acesas em ambientes vazios, desligando todas as luzes ao sair

do espaço e dar preferência a lâmpadas fluorescentes compactas. Deve-se também evitar manter o ar-condicionado ligado em tempo fresco e o computador, quando desnecessário.

Deve-se também ter outros cuidados como observar a vedação da geladeira, regulando seu termostato para uma posição conveniente com a quantidade de alimento e evitar guardar alimentos quentes – o que aumenta a temperatura interna e, consequentemente, o consumo do equipamento.



AMMP-Saúde promove série de palestras sobre os Ciclos da Vida

A AMMP-Saúde promove a série de palestras Ciclo da Vida, como parte da comemorações dos 60 anos da Associação Mineira do Ministério Público. A abertura foi feita pela pediatra Lavínia Pimentel Miranda, no dia 4 de setembro. Lavínia, mestre em Saúde da Criança e Adolescente pela UFMG, falou sobre “Pediatría: mais do que uma especialidade – os cuidados na infância que podem potencializar o ser humano”.

A segunda da série tem como tema

“Transgressão e riscos para o indivíduo – como abordar a promoção de saúde na juventude – drogas, violência no trânsito, urbana”, será no dia 12 de setembro, com a pediatra e psicanalista Cristiane de Freitas, coordenadora do Núcleo de Adolescência e Psicanálise da UFMG.

Para o dia 19 de setembro, está programada a palestra “A angústia do nosso tempo – como conciliar tempo disponível e realizações da vida adulta (angústia, stress

e depressão)”, com o psiquiatra Francisco Paes Barreto, membro da Escola Brasileira de Psicanálise e analista-membro da Associação Mundial e Psicanálise.

No dia 25 de setembro, a palestra será sobre “Avanço tecnológico e finitude humana”, feita por Luiz Carlos Moreira, geriatra e gerontólogo.

Todas as palestras acontecem no auditório da AMMP (Timbiras, 2.928 – térreo), às 19 horas.

MP e Polícia debatem investigação criminal

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados realizou, em 20 de agosto, audiência para debater o Projeto de Lei 5776/13, da deputada Marina Santanna (PT-GO), que trata da investigação criminal. O presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), César Mattar Jr.; o presidente da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP), Alencar Vital; o presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), Antonio Dezan; e o vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Robalinho Cavalcanti, acompanharam a audiência.

Participaram do debate, sugerido pelo deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), o secretário da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Flávio Caetano; a presidente do Con-

selho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPGE), Eunice Carvalhido; o procurador da República no Rio de Janeiro Marcello Paranhos; o diretor-geral da Polícia Civil do Distrito Federal, Jorge Xavier; e o delegado da Polícia Federal Fernando Segóvia.

Durante a audiência, Eunice Carvalhido, elogiou o projeto. “Ele estabelece as atribuições do Ministério Público e da Polícia, encerrando essa polêmica que surgiu com a PEC 37. Quando ele encerra essa polêmica, traz outra garantia ao investigado, que é preservar a imagem do preso. É proibido o preso ser exposto sua imagem para a mídia, como hoje acontece.”

O PL foi apresentado em alternativa à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/11, que atribuía exclusivamente às polícias Federal e Civil a competência para a investigação criminal e foi rejeitada no dia 25 de junho. Ao PL

de Marina Santanna, estão apensados os projetos 5789/13, 5816/13, 5820/13 e 5837/13, que tratam da mesma matéria.

Já Marcello Paranhos apresentou algumas sugestões para a investigação criminal: segundo ele, “regras expressas de atuação podem ser mais eficazes do que a dispersão de atuações”. O procurador defende que haja um plano de investigação consensual entre os policiais e o Ministério Público.

Parecer sai em dois meses

A Comissão de Segurança Pública aprofundará o debate. De acordo com o relator, deputado Otávio Leite, essa foi apenas a primeira de uma série de audiências. “É um tema complexo. Eu não tenho pressa, mas isso não vai para a gaveta.”

Segundo Otávio Leite, o parecer deve ser apresentado em cerca de dois meses.

Novo encontro está marcado para debate entre as entidades do Ministério Público e da Polícia.

Relatório do novo Código Penal mantém aborto e eutanásia como crimes

Aumento no rigor para progressão de regime, novas medidas contra a corrupção e manutenção dos crimes de aborto e eutanásia são alguns dos pontos do substitutivo ao projeto do novo Código Penal (PLS 236/2012) apresentado, no dia 20 de agosto, à comissão especial que trata da matéria pelo relator, senador Pedro Taques (PDT-MT). Ele lembrou aos membros do colegiado que analisou mais de 600 emendas de senadores ao anteprojeto, apresentado em 2012 por uma comissão de juristas, e citou as reivindicações da sociedade e a necessidade de respeito à Constituição, ao justificar as modificações que propôs.

Na opinião do relator, a eutanásia deve ser mantida como crime de homicídio e mantida a ortotanásia como conduta atípica. Também a possibilidade de aborto nas 12 primeiras semanas de gravidez em razão da impossibilidade da gestante de arcar com a gravidez – possibilidade introduzida pelo texto original – foi excluída por Taques: “A possibilidade de exclusão do aborto como crime seria inconstitucional.”

A proposta, porém, mantém a sugestão dos juristas que permite a possibilidade de aborto de feto anencefálico, o que, lembrou o relator, acompanha decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), tomada em 2012.

Corrupção

A tipificação da corrupção como crime hediondo, não incluída pela comissão de juristas, segundo Pedro Taques, foi incluída no substitutivo “para que tenhamos adequação com o que foi aprovado no Plenário do Senado”, numa referência à aprovação do PLS 204/2011.

O novo texto também aumenta o rigor no combate ao enriquecimento ilícito e criminaliza a doação eleitoral ilegal.

Taques também decidiu abrir exceção aos crimes de racismo ou discriminação no

exercício do “livre pensamento crítico”, especialmente no caso de opinião artística ou religiosa. “Temos que buscar aqui uma ponderação entre a proteção da dignidade da pessoa humana e a manutenção dessas liberdades”, assinalou.

A comissão especial aprovou o calendário de tramitação do projeto. De 2 a 13 de setembro, o substitutivo receberá novas emendas dos senadores. Pedro Taques emitirá novo parecer até 27 de setembro, segundo informações da Agência Senado.

Proposta aumenta o rigor no prazo de progressão

A modificação proposta por Pedro Taques aumenta o rigor no prazo de progressão de regime, que hoje é assegurado a partir do cumprimento de um sexto da pena. Pelo substitutivo, seria necessário cumprir um quarto da pena. O relator também propôs o fim da prescrição retroativa com base na pena em concreto, que, para ele, é “uma das causas da impunidade”.

Taques classificou como “mimetismo” da legislação europeia o dispositivo do projeto que estabeleça a presunção de que determinada quantidade de substância entorpecente seria para uso próprio do portador. Ele argumentou que a mudança traria dificuldade a juízes. “Aquele agente que milita no tráfico de entorpecentes pode se utilizar de estratégias como divisão da quantidade de substância para que essa presunção possa se fazer presente.”

CNMP apoia meta de julgamento de improbidade e ações penais

O MP exerce papel fundamental na apuração das responsabilidades pela prática de atos de improbidade administrativa

O Plenário do CNMP aprovou, por unanimidade, em 30 de julho, durante a 10ª Sessão Ordinária, proposta de recomendação para que o Ministério Público adote medidas para auxiliar nos esforços voltados ao atingimento da Meta 18 estabelecida pelo Poder Judiciário. A referida meta pretende identificar e julgar, até 31 de dezembro deste ano, as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31 de dezembro de 2011. O presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Nedens

Ulisses, participou da sessão.

Segundo a relatora da proposta, conselheira Taís Ferraz, o MP exerce papel fundamental na apuração das responsabilidades pela prática de atos de improbidade administrativa, “não apenas em razão de sua legitimidade ativa para a propositura da respectiva ação, prevista no caput do art. 17 da Lei nº 8.429/92, como também em virtude de sua atuação na qualidade de fiscal da lei”.

A conselheira destaca também a função do MP na persecução penal dos crimes contra a Administração

Pública, “cuja titularidade da ação incumbe exclusivamente ao Ministério Público”. Ela lembrou que, entre os resultados institucionais pretendidos no Planejamento Estratégico Nacional do MP brasileiro, registrado em seu mapa estratégico, está o combate à improbidade administrativa e a defesa do patrimônio público. “A maior parte dos processos abrangidos pela Meta 18 do Poder Judiciário demandam atuação permanente dos membros do Ministério Público, seja no seu impulsionamento, seja na participação nos atos processuais de instrução”, destacou.

Proposta que regula a tramitação direta do inquérito policial é aprovada

A proposta de resolução que disciplina os procedimentos referentes à tramitação direta do inquérito policial entre o MP e a polícia judiciária está recebendo propostas de emendas. A proposta foi publicada no site do CNMP. O prazo regimental é de 30 dias a partir de sua publicação. Após aprovada pelo Plenário do CNMP, será encaminhada para apreciação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

De acordo com o artigo 2 da proposta, o inquérito policial tramitará diretamente entre a polícia judiciária e o Ministério Público, por princípio de economia processual, de celeridade e de eficiência da gestão pública. Já o artigo 3, estipula que “a primeira remessa do inquérito policial será dirigida ao Poder Judiciário,

registrando-se o feito, firmando-se a competência e juntando-se a folha de antecedentes criminais, para posterior encaminhamento dos respectivos autos ao Ministério Público, formalidades essas que dispensam despacho judicial”.

Segundo o conselheiro Fabiano Silveira, a proposta reflete “os anseios do Ministério Público brasileiro por um sistema mais eficiente e célere de tramitação dos inquéritos policiais, que possa resultar em ganhos para a segurança pública e para o combate à impunidade”.

A proposta de resolução teve origem nas discussões do Grupo de Trabalho instituído por meio da Portaria nº 1 do conselheiro Fabiano Silveira. O grupo foi composto por Alexandre Manuel Lo-

pes, promotor de Justiça indicado pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp); Homero das Neves, promotor de Justiça (MP/RJ); José Robalinho, procurador da República, indicado pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR); Karla Padilha, promotora de Justiça (MP/AL); Onofre José Carvalho, promotor de Justiça (MP/SC); Paulo Sérgio Markowicz, promotor de Justiça (MP/PR); Wendell Beethoven Ribeiro, promotor de Justiça (MP/RN). Contou ainda com a participação de Cintia Calumby da Silva, representando o Ministério Público de Alagoas, e Marilú Schnaider, representando o Ministério Público do Paraná.

Corregedoria Nacional do MP divulga relatórios de 14 inspeções

A Corregedoria Nacional do Ministério Público divulgou na internet a íntegra de 14 relatórios de inspeção aprovados pelo Plenário do CNMP na sessão do dia 7 de agosto. Os acórdãos já foram encaminhados para publicação no Diário Oficial da União.

Os relatórios trazem as informações sobre o que foi apurado nas visitas a cada unidade e as providências determinadas para correção de eventuais problemas (abertura de procedimento de controle administrativo, envio de recomendação, etc).

Estão disponíveis no site www.cnmp.mp.br os relatórios na íntegra de:

RORAIMA

Ministério Público Estadual
Ministério Público Federal
Ministério Público do Trabalho

Mato Grosso do Sul

Ministério Público Estadual
Ministério Público Federal
Ministério Público do Trabalho
Ministério Público Militar

Rio de Janeiro

Ministério Público Estadual
Ministério Público Federal
Ministério Público do Trabalho
Ministério Público Militar

Acre

Ministério Público Estadual
Ministério Público Federal
Ministério Público do Trabalho

Os relatórios de inspeções anteriores também estão no site.

Prêmio CNMP reconhece os melhores projetos e as boas práticas no MP

Ministério Público mineiro ganha prêmio em três categorias

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) realizou, no dia 6 de agosto, a solenidade de entrega do Prêmio CNMP. Das 414 iniciativas concorrentes, 24 foram contempladas com primeiro, segundo e terceiro lugares nas seguintes categorias: Defesa dos Direitos Fundamentais; Transformação Social; Indução de Políticas Públicas; Diminuição da Criminalidade e Corrupção; Unidade de Eficiência e

Atuação Institucional e Operacional; Comunicação e Relacionamento; Profissionalização da Gestão; e Tecnologia da Informação. Além disso, 11 projetos mereceram menção honrosa.

Receberam o prêmio os gestores dos projetos e os respectivos procuradores-gerais. Os primeiros lugares falaram durante a solenidade, representando todos os premiados na categoria.



CONAMP

Os mineiros

Do MP mineiro foram premiados na categoria Transformação Social o promotor de Justiça Renato Antônio Boechat, que recebeu o prêmio de 3º lugar com a iniciativa “Justiça na Escola”. O procurador de Justiça Mauro Flávio Ferreira foi agraciado com o 1º lugar na categoria Comunicação e Relacionamento com a iniciativa “MP Itinerante”. Receberam Menção Honrosa o promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto e o procurador de Justiça Alceu José Torres Marques com o Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais

Para a presidente da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP, então conselheira Claudia Chagas, o prêmio encerra mais uma etapa do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público para o período de 2011-2015, desenvolvido a partir de grande articulação entre as unidades do Ministério Público, sob a coordenação

do Conselho. “O Planejamento Estratégico Nacional foi um projeto inédito e ambicioso, uma vez que buscou a convergência e a atuação integrada do Ministério Público, sem violar autonomia das instituições e independência funcional de procuradores e promotores. O objetivo foi dialogar para encontrar as prioridades do Ministério Público brasileiro”, disse ela.

A elaboração do planejamento incluiu enquetes, entrevistas e eventos regionais em todo o Brasil, com a participação de centenas de pessoas. “Com essa grande parceria, construímos o Mapa Estratégico do Ministério Público brasileiro, que mostra para a instituição e para a sociedade brasileira quais são as prioridades do Ministério Público”. Na segunda etapa, foi criado o Banco Nacional de Projetos, ferramenta de compartilhamento de boas práticas e de projetos

bem-sucedidos. O prêmio reconhece as melhores iniciativas, alinhadas com os objetivos do Planejamento Estratégico Nacional. “Todos os 414 projetos participantes merecem nosso agradecimento e homenagem. Não foi fácil chegar aos vencedores”, diz ela. A lista de vencedores foi elaborada por Comissão Julgadora, conforme regulamento.

Jarbas Soares, Renato Boechat e Carlos André, na entrega do prêmio

Reconhecimento

O corregedor nacional do Ministério Público, Jeferson Coelho, encerrou a solenidade de premiação, representando o então presidente do CNMP, Roberto Gurgel. Parabenizou os vencedores e a equipe de organização do Prêmio CNMP. “É um prêmio simbólico, mas de grande importância. É o reconhecimento para atividades de grande relevância social ou institucional”, disse. Segundo ele, boas práticas têm a capacidade de potencializar a atuação da instituição. “Uma única ação bem-sucedida, desenvolvida por um membro do Ministério Público, poderá ser replicada pelos mais de 12 mil membros em todo Brasil, com grande impacto social”, concluiu.

Innovare tem 463 inscritos

O Prêmio Innovare tem mais um recorde de inscrição neste ano. São 463 práticas e monografias. Para as categorias já tradicionais no Prêmio (Ministério Público, Advocacia, Defensoria, Juiz e Tribunal), 355 práticas estão concorrendo. No Prêmio Especial, que, neste ano, abriu espaço para a participação de todas as áreas do conhecimento, 108 monografias foram inscritas. Para estes, o prêmio será a publicação em revistas da área jurídica.

O próximo passo será a visita das iniciativas inscritas por consultores especializados. Em seguida, as práticas e monografias serão julgadas por personalidades do mundo

jurídico e acadêmico nacional que integram a Comissão Julgadora. A escolha dos vencedores valorizará práticas que se reverterem em benefício direto à população.

O resultado final deverá ser divulgado no dia da cerimônia de premiação, em dezembro.

O Prêmio Innovare, uma das premiações mais respeitadas da justiça brasileira, tem como objetivo principal incentivar e reconhecer boas iniciativas de membros do Ministério Público, magistrados, advogados, defensores públicos. Com relevância conquistada ao longo dos anos, algumas práticas do Innovare também foram adotadas e recomen-

dadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tornando-se políticas públicas e servindo de inspiração para outras comarcas.

Parceiros

O Prêmio Innovare é uma realização do Instituto Innovare, da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), da Associação de Magistrados Brasileiros, da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Nacional dos Procuradores da República e da Associação Nacional dos magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), com o apoio das Organizações Globo.

PGR encaminha pedido de reajuste de salários à Câmara

A proposição busca a recomposição do subsídio dos membros do MPU de modo a compensar as perdas

A procuradora-geral da República em exercício, Helenita Acioli, enviou à Câmara dos Deputados, no dia 29 de agosto, pedido de reajuste no salário dos membros do Ministério Público da União a partir de 2014. O pedido é semelhante ao que foi encaminhado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa.

Além do reajuste de 5% que já estava previsto, a procuradora-geral pede aumento de 4,06%. Pela proposta, o valor dos vencimentos do procurador-geral passará de R\$ 29,4 mil para R\$ 30,6 mil. No âmbito do MPU, o impacto da proposta é

R\$ 51,5 milhões. Segundo o texto do projeto de lei, as despesas resultantes da aplicação da medida correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao órgão.

De acordo com justificativa do MPU, a proposição “busca a recomposição do subsídio dos membros do Ministério Público da União de modo a compensar as perdas sofridas em face do processo inflacionário no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2013”.

No caso dos ministros do STF, o impacto será de R\$ 598 mil apenas no tribunal. Como o salário dos ministros do Supremo é o teto do fun-

cionalismo público e utilizado como base para o cálculo dos vencimentos de juízes, o impacto poderá chegar a R\$ 149 milhões no Judiciário.

Os projetos de lei da PGR (PL 6230/13) e o do STF (PL 6218/13) aguardam distribuição às comissões competentes. Normalmente, as matérias são distribuídas às comissões de Trabalho (CTASP), de Finanças e Tributação (CFT) e a de Constituição e Justiça (CCJ), seguindo ao Plenário.

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) vai informar todo o andamento das matérias.

Conselho Nacional do Ministério Público empossa oito para o biênio 2013-2015

Foi realizada, no dia 12 de agosto, a solenidade de posse de oito conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para o biênio 2013-2015. O presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), César Mattar Jr., a 1ª vice-presi-

dente, Norma Cavalcanti, o tesoureiro da entidade José Silvério Perdigão de Oliveira, a 1ª vice-presidente da AMMP, Shirley Fenzi Bertão, representantes das demais associações do MP, ex-conselheiros, procuradores-gerais de Justiça de todo o país, dentre outras autoridades, compareceram à posse.

Foram empossados para segundo mandato os conselheiros Jeferson Coelho, representante do Ministério Público do Trabalho; Jarbas Soares e Alessandro Tramujas, que ocupam duas das três vagas destinadas aos ministérios públicos estaduais.

Os novos

Para o primeiro mandato foram empossados Antônio Pereira Duarte, representando o Ministério Público Militar; Marcelo Ferra de Carvalho, na terceira vaga destinada aos MPs estaduais; Cláudio Henrique Portela do Rêgo, como representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); Alexandre Berzosa Saliba, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ); e Esdras Dantas de Souza, em uma das duas vagas destinadas à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Segundo o então presidente do CNMP, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, o Ministério Público deve trabalhar pela união do órgão. “Já temos adversários externos suficientes.

Por isso, devemos trabalhar permanentemente pela união de todo o Ministério Público brasileiro. Devemos superar as diferenças, valorizar os pontos de convergência e trabalhar unidos pelo aprimoramento e pela construção de um MP em condições cada vez melhores de atender à sociedade brasileira.”

Adilson Gurgel discursou na solenidade, como conselheiro mais antigo. “O CNMP deixou de ser visto apenas como órgão de controle externo para se tornar órgão de melhoria permanente do Ministério Público”, disse. Citou o trabalho das comissões e projetos como o Planejamento Estratégico Nacional e o Portal da Transparência, entre outras iniciativas de integração e aperfeiçoamento.

CNMP elege corregedor nacional e presidentes das comissões

O plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) elegeu, no dia 20 de agosto, o corregedor nacional do Ministério Público, os presidentes das comissões permanentes e o representante da instituição na Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp).

O conselheiro e procurador de Justiça Alessandro Tramujas, que ocupa uma das vagas no Conselho destinadas ao Ministério Público estadual, foi eleito, por unanimidade, o novo corregedor nacional do Minis-

tério Público. O mandato é de dois anos e expira junto com o mandato de conselheiro. Tramujas tomou posse após a proclamação do resultado e destacou que vai exercer o cargo por meio do diálogo com os membros do Ministério Público.

O representante do CNMP na Enasp é o conselheiro Alexandre Berzosa Saliba, eleito por unanimidade. Os presidentes das comissões permanentes do CNMP, também eleitos por unanimidade, são: Comissão Controle Administrativo e Financeiro – presidente Je-

ferson Coelho; Comissão Infância e Juventude – presidente Luiz Moreira; Comissão Preservação da Autonomia do Ministério Público – presidente Marcelo Ferra; Comissão Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública – presidente Mario Bonsaglia; Comissão Planejamento Estratégico – presidente Cláudio Portela; Comissão Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência – presidente Esdras Dantas; Comissão Defesa dos Direitos Fundamentais – presidente Jarbas Soares.

"A corrupção política e o estado democrático de direito"

Do promotor de Justiça Fabiano Ferreira Furlan, doutor em Direito Público, pela Arraes Editora, o livro é resultado de defesa de tese de doutorado e registra os esforços de mais de oito anos de pesquisas sobre o tema da corrupção política, que foi estudada através da projeção de uma pirâmide imaginária, da cúpula para a base, em que, no seu ápice, encontra-se a figura do agente político e nas suas linhas sequenciais até a base os outros agentes públicos e os particulares.

Segundo o autor, "nenhum estudo sério sobre a corrupção, política ou não, pode descuidar-se da figura dos agentes políticos, dado que estes, como norteadores das decisões centrais de um Estado, nos moldes de definição do direito administrativo, detêm os instrumentos de controle nas mãos e também precisam ser mais controlados." Isso, por certo, geraria uma reação em cadeia que repercutiria no tratamento da corrupção como um todo (se a cúpula do estado não tem regalias, a base não vai estar autorizada a ter), avalia Fabiano.

O livro começa com a conceituação de Estado Democrático de Direito, estando identificado como modelo sustentado pelos pilares do Estado de Direito, da República e da democracia, o que deu ensejo à fixação de três reinos distintos: os reinos da legalidade, da responsabilidade e da soberania popular militante.

Para Fabiano, "a consagração dos reinos revelados no curso da identificação das bases estruturais do Estado Democrático de Direito, enquanto modelo ideal, permitiu concluir que o agente público de hoje, e com muito mais razão o agente político, está obrigado a nortear sua vida funcional e privada de acordo com o espírito desse apanhado evolutivo".

Esse espírito revela padrões de condutas e obrigações atreladas ao modelo ideal que não podem ser legitimamente distorcidos como a submissão dos agentes políticos, enquanto servidores do povo, a um tratamento mais invasivo, a uma prestação de contas mais incisiva e diária, etc, algo diverso do que tem ocorrido.

Em que pese a identificação do modelo ideal cogitado, o caminho seguinte apresenta a desconstrução das bases trazidas, em especial, por força da corrupção política que se refletiu sobre a crise de efetividade dos direitos fundamentais, a consagração do fenômeno da constitucionalização simbólica, a manutenção de um Estado de Exceção permanente, a crise da representação política, o rompimento dos mecanismos de freios e contrapesos e mesmo a contaminação do iter pré-comunicativo da via jurídico-filosófica.

Conforme o promotor, a corrupção política, definida como a espécie de corrupção praticada por agentes políticos, estendia seus tentáculos sobre a dinâmica estatal de modo até mesmo a legalizar-se e a constitucionalizar-se. "Passava a ser legal e constitucional, por exemplo, o que não conflitava com o sistema de direitos e garantias já consagrado aos agentes políticos", destaca ele.

O agente político norteador da corrupção política, assumindo a condição de dono da coisa pública e colocado em um pedestal quase inalcançável em razão dos direitos e garantias que lhe eram direcionados em nome do velho discurso da preservação das funções desempenhadas, passou a espoliar o seu patrão, o povo, sem a contrapartida da responsabilização adequada e a direcionar o sistema jurídico para o acolhimento de



mecanismos de alimentação do jogo de poder como a opção pela fragilização da participação popular (por exemplo, a dificuldade de cumprimento dos requisitos de apresentação de um projeto de lei de iniciativa popular) e a opção pela adesão a mecanismos burocráticos de processamento (a Lei 8.039/1990 pode ser um exemplo).

A corrupção política passou a ditar as regras do processo político-eleitoral, do processo legislativo e não deixou de ser implementada na seara da aplicação das normas que se materializa na interpretação constitucional como instrumento de reprodução do *status quo* e de impedimento de seu efetivo combate.

Mais ainda, a situação atual, em especial, a brasileira reflete, na realidade, a existência de dois ordenamentos jurídicos. Um aplicado ao povo e agentes públicos de escalões inferiores e o outro aos agentes políticos, pelo que se pôde cogitar que a corrupção política ou não será tanto mais gradualmente controlada quanto mais as incursões democráticas lograrem aproximar as distâncias entre os dois ordenamentos jurídicos apontados.

Conselho lança livro com o perfil do MP

Lançada em 20 de julho, em sessão especial de comemoração ao aniversário de oito anos do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o anuário - "Ministério Público - Um Retrato", que está em sua segunda edição, traz dados sobre o trabalho ministerial em 2012.

O levantamento mostra o panorama da atuação administrativa e funcional do MP nos estados, MPDFT, MPF, MPT e MPM. Entre os dados estão o quantitativo de membros e servidores, a atuação em processos das áreas cível e criminal, a gestão de pessoas e estruturas. As informações foram fornecidas pelas próprias unidades do MP em todo o país, em atendimento à Resolução CNMP nº 74/2010.

Segundo a presidente da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP, então conselheira Claudia Chagas, têm-se hoje "pela primeira vez, números oficiais nacionais. Com esses

números podemos refletir sobre nosso desempenho, fazer autocrítica, planejar, alterar rumos. Trabalhar mais pela eficiência. Além disso, podemos mostrar à sociedade quem somos".

Para o então presidente do CNMP, Roberto Gurgel, a elaboração desse documento exigiu um trabalho gigantesco de padronização da forma de registro das informações pelas unidades do MP em todo o país. "Somente a partir desse esforço, impulsionado pelo Conselho, mas fruto de uma construção coletiva, é que foi possível começar a atender o anseio da sociedade e do próprio Ministério Público de conhecer o perfil da instituição, seus diversos ramos, em todo território nacional", afirmou.

Gurgel ressaltou que, com essas informações, os MPs podem aperfeiçoar seu planejamento e, dessa forma, melhorar seu desempenho. "Estamos diante de um retrato, de uma fotografia que aponta a promoção dos meios e a concepção dos fins", refletiu.



A cultura do medo e a legislação de emergência

Arquivo Pessoal



Em nossas urbes pós-modernas convive-se com o paradoxo do culto ao medo.¹

A mídia massificada e a espetacularização de grandes eventos danosos, embora raros e pontuais, geram o superdimensionamento dos riscos à vida, à saúde e aos bens do indivíduo. Incute-se² na coletividade a falsa ideia de

que os desastres, as doenças, os atos de violência extremada, enfim, os ataques aos bens jurídicos mais importantes ocorrem em proporções catastróficas e crescem desenfreadamente. Cria-se, assim, ambiente passional, favorável à chamada legislação de emergência – aquela em que o legislador se dobra demagogicamente ao clamor fácil e irrefletido em prol do recrudescimento da “resposta” penal.

A indignação coletiva ante os registros jornalísticos sobre fatos hediondos provoca um consenso fluido entre os membros da sociedade, o qual reverbera no espaço político parlamentar. Novos fatos relacionados a questões antigas são suficientes a recolocá-las na agenda de prioridades, alcançando-as à *ordem do dia*. Criam-se falsas emergências, projetos tramitam em regime de urgência, interditam-se o aprofundamento e a maturação do debate.³ Tudo é válido para manter fixa a atenção do ouvinte, do telespectador, do leitor – ou do *eleitor*, conforme a ótica. Incute-se, enfim, um fascínio paradoxal pelo horror, um sentimento tão masoquista quanto maniqueísta que necessita antes venerar o mal para que depois se possa repudiá-lo.

O processo é assim descrito por Antoine Garapon:

A fascinação de nossas sociedades democráticas pela extrema violência não simbolizada, por esses assassinatos monstruosos sobre os quais a mídia sensacionalista insiste, é surpreendente [...]. Essa extrema excitação da emoção reforça a solidariedade social; trata-se, porém, de um consenso primário, senão primitivo, arcaico, emocional [...]. Quando o quadro jurídico, seus símbolos e seus processos têm por função criar uma *solidariedade sem consenso*, quer dizer, um acordo sobre a maneira de resolver os conflitos, mas não necessariamente sobre suas soluções, é o contrário que ocorre: *um consenso sem solidariedade*. O sentimento que reúne pessoas, de modo muito efêmero, diante do horror é suficientemente forte para unir rapidamente pessoas bastante heterogêneas; porém insuficiente para fundar uma comunidade política. Seu objetivo não é outro senão reanimar uma comunidade sentimental, cujo único lema é a defesa do ser vivo diante da morte. Apenas uma ameaça-limite – o câncer, os

¹ Para Barry Glassner, “[...] um dos paradoxos relativos a uma cultura do medo é que os problemas sérios continuam amplamente ignorados, ainda que causem exatamente os perigos mais abominados pela população. [...] A desigualdade de renda também se associa com resultados adversos para a sociedade como um todo. Quanto maior a diferença entre ricos e pobres em uma sociedade, maiores são os índices de mortalidade provocados por doenças cardíacas, câncer e homicídio” (GLASSNER, Barry. *Cultura do medo*. São Paulo: Francis, 2003. p. 27/28).

² Segundo Carlos Alberto Batista, “Cada pessoa passa a internalizar a ideia de que será a próxima vítima e de que ninguém está a salvo desta onda avassaladora de crimes violentos, divulgados com estardalhaço” (BATISTA, Carlos Alberto. *Crescimento da criminalidade e atuação estatal*. Curitiba: Juruá, 2007. p. 176).

³ Como diz Nilo Batista, “Não há debate, não há atrito: todo e qualquer discurso legitimante da pena é bem aceito e imediatamente incorporado à massa argumentativa dos editoriais e das crônicas” (BATISTA, Nilo. *Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio*, p. 4. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/batista-nilo-midia-sistema-penal.pdf>>. Acesso em: 19.08.2013).

acidentes de trânsito ou os maus-tratos à criança – é capaz de agrupar essas pessoas [...], uma concorrência perturbadora parece instalar-se entre a lei biológica, da vida e da morte, e a lei dos homens.⁴

Também Alessandro Baratta responsabiliza os *mass-media* por induzir um estado de “alarme social” na opinião pública a partir da forma como manipulam a imagem da criminalidade e as campanhas de “lei e ordem”. Os grandes veículos de comunicação – assevera o jurista italiano – desenvolvem uma “ação permanente para a conservação do sistema de poder, obscurecendo a consciência de classe e produzindo a falsa representação de solidariedade que unifica todos os cidadãos na luta contra um *inimigo interno* comum”⁵.

E como não poderia ser diferente, o *culto ao medo* traz consequências sociais perversas. Zygmunt Bauman, sociólogo *best-seller*, assevera que a “insegurança moderna, em suas várias manifestações, é caracterizada pelo medo dos crimes e dos criminosos”⁶.

A mídia, conquanto não se traduza em instância formal de criminalização, vem desempenhando papel de destaque como agência *informal* desse movimento, tanto em seu aspecto primário

(induzindo e legitimando um suposto incremento da legislação penal) quanto em sua vertente secundária (induzindo e legitimando a atuação seletiva das agências executivas de criminalização).⁸ Celebra-se o aumento da pena em abstrado cominável a determinado crime, pouco importando que apenas um percentual mínimo de seus autores sejam de fato investigados e punidos...

A efetividade das punições no mundo real é infinitamente menor do que a qualidade e a quantidade de nossas leis penais. Parece claro que a cultura do medo, a (inócua) inflação legislativa e a segregação social são fenômenos que se mantêm em permanente estado de retroalimentação.

Numa palavra: por força das distorções, a *informação* pode surgir como inimiga do *conhecimento*.

É nesse contexto que os especialistas – juristas, sociólogos, criminólogos, aplicadores e estudiosos do Direito – passam a ter sua responsabilidade redobrada. Não podem se omitir ou se esquivar do debate público, tampouco, deixar-se seduzir pelos discursos de momento (tão vibrantes quanto superficiais).

Do mesmo modo que os economistas sérios se levantariam contra uma proposta populista (por exem-

plo, quintuplicar o valor do salário mínimo numa “canetada” normativa), compete aos detentores do conhecimento teórico e empírico da criminalidade – suas condicionantes e circunstâncias, dados e números, causas e efeitos –, levantar a voz contra as propostas de legislação de inspiração meramente populista, que não trazem qualquer resultado prático, adiando frustrações (que advirão ainda mais vigorosas). Até mesmo em vista das evidentes limitações do aparato estatal repressor, essas *leis de ocasião* têm como destino certo a aplicação seletiva, arbitrária, geralmente dirigida aos mais jovens e pobres (enfim, àqueles destituídos de algum poder ou prestígio). E o que é pior: essa prática normativa, ao invés de saciar o apetite da mídia alarmista, dela se fará mais refém a cada dia...

Daí porque, temas como a redução da menoridade penal, a implantação da pena de morte, a tolerância da tortura como método investigativo, entre outros, devem ser enfrentados com *coragem e maturidade*; não podem ficar reféns de pesquisas de opinião leiga ou da tirania pseudo-democrática de uma maioria manipulada e acuada pelo *medo*.

*PROCURADOR DE JUSTIÇA

Não podem se omitir ou se esquivar do debate público, tampouco, deixar-se seduzir pelos discursos de momento (tão vibrantes quanto superficiais)

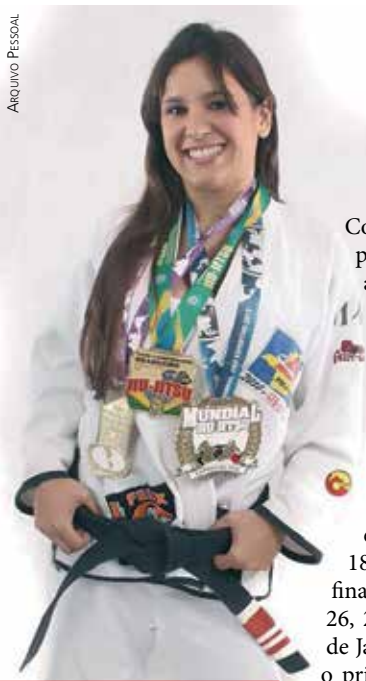
⁴ GARAPON, Antoine. *O Juiz e a democracia: o guardião das promessas*. Trad. Maria Luiza de Carvalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 102/103.

⁵ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*: introdução à sociologia do direito penal. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 3. ed. Rio de Janeiro: ICC/Revan, 2002. p. 207/205. Esse mecanismo de denominação não é novo. Natália Oliveira de Carvalho, ao abordar o que chama de *lógica do bicho-papão*, assevera: “A manipulação dos medos coletivos a serviço do poder é inegavelmente um fenômeno que permeia a história da humanidade, gerando, há tempos, implicações como desconfiança, isolamento e preconceito entre grupos étnicos e religiosos. A ideia de paranoia coletiva pode ser bem ilustrada historicamente através do movimento de caça às bruxas e aos hereges na Idade Média, pelo antissemitismo alemão da década de 30 ou, mais recentemente, pela obsessão antiárabe professada notadamente após o 11 de setembro” (CARVALHO, Natália Oliveira de. *A delação premiada no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 68).

⁶ BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. p. 16.

⁷ Vera Regina Pereira de Andrade sustenta que o sistema penal “não se reduz ao complexo estático da normatividade nem da institucionalidade, mas é concebido como um processo articulado e dinâmico de criminalização ao qual concorrem não apenas as instituições do controle formal, mas o conjunto dos mecanismos do controle social informal, a saber, família, escola [...], mídia falada, escrita (jornais, literatura, romances, histórias em quadrinho) e informática, moral, religião, mercado de trabalho, etc” (ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A Soberania Patriarcal: o Sistema de Justiça Criminal no Tratamento da Violência Sexual Contra a Mulher*. Disponível em: <<http://www.direitopublico.idp.edu.br/index.php/direitopublico/article/viewFile/401/302>>. Acesso em: 01.06.2013).

⁸ Segundo Nilo Batista, “o credo criminológico da mídia constituiu-se como um discurso que impregnou completamente o jornalismo [...]. Este discurso aspira a uma hegemonia, principalmente sobre o discurso acadêmico, na direção da legitimação do dogma penal como instrumento básico de compreensão dos conflitos sociais. Este discurso habilita as agências de comunicação social a pautar agências executivas do sistema penal, e mesmo a operar como elas (executivização), disputando, com vantagem, a seletividade com tais agências” (BATISTA, Nilo. *Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio*, p. 19. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/batista-nilo-midia-sistema-penal.pdf>>. Acesso em: 01.05.2013).



Aline Coelho é campeã mundial de Jiu-jitsu

A atleta Aline de Paula Coelho, 32 anos, filha do procurador de Justiça aposentado Arnaldo Coelho e de Carmem Lúcia Baia de Paula Coelho, faixa preta - 3º grau, sagrou-se campeã mundial de Jiu-jitsu na categoria e vice na categoria absoluto (peso livre) em campeonato realizado em São Paulo, nos dias 18, 19, 20 e 21 de julho. No final de semana dos dias 25, 26, 27 e 28 de julho, no Rio de Janeiro, Aline conquistou o primeiro lugar do Interna-

cional de Master e Senior e foi vice-campeã na categoria absoluto.

Aline começou no Jiu-jitsu em 1992. Atleta da equipe de Irmãos Felix de Jiu-jitsu, compete em campeonatos oficiais da Federação Mineira

de Jiu-Jitsu, Confederação Mineira de Jiu-Jitsu, Liga Brasileira de JiuJitsu, Confederação Brasileira de JiuJitsu, Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu Esportivo, International Brazilian Jiu-Jitsu Federation.

Principais títulos

Aline, que é decacampeã mineira e octacampeã brasileira de Jiu-jitsu, foi também, dentre outros títulos, vice-campeã Rio Open 2013 – CBJJ, campeã mundial 2012 – CBJJE, campeã Pan Americana 2012 – CBJJE, campeã Copa L. Dourado 2012, tricampeã interestadual Jiu-jitsu, campeã da II Copa Felix BH7 – 2000, campeã categoria Absoluto da II Copa Felix BH7 – 2000, quinto lugar no Mundial de Jiu-jitsu CBJJ – 1999, campeã em todas seletivas do Mundial, campeã Open Brasil Felix de JIU-JITSU – 2005, vice-campeã mundial 2008 – CBJJE e terceiro lugar na categoria Absoluto Mundial 2008.

Promotora mineira vence os 42 km da Maratona Caixa no Rio

“A corrida faz parte de nossas vidas, assim como comer, tomar banho, trabalhar.” Assim, a promotora de Justiça Luciana Andrade Reis Moreira resume a relação dela e do marido, Bernardo Moreira, com a corrida. O último grande desafio do casal foi a Maratona Caixa da Cidade do Rio de Janeiro. Ela completou os 42 quilômetros da prova em 4h03min33seg e ficou na 126ª colocação na categoria feminina.

A corrida entrou na vida dela há oito anos. “A escolha da corrida,

a princípio, foi apenas em razão do alto gasto calórico que a atividade física propicia, o que a ajuda a manter a forma física. Depois, com alguns meses de prática, não mais encarava a atividade como obrigação ou sacrifício. Já era um enorme prazer sair para correr; passou a ser algo ‘viciante’. O prazer que a corrida me proporciona hoje é inexplicável”, relata Luciana.

Apesar de já ter participado de outras provas com percursos de 21 quilômetros, como a Meia Maratona de BH, a Meia Maratona do Rio e a Meia Maratona da Disney, em Orlando, em janeiro deste ano, foi a primeira vez que Luciana completou uma corrida com percurso tão longo.

Sabendo do tamanho do desafio,

a preparação foi especial. Além da musculação, o treinamento foi de três a quatro vezes na semana. “Em provas longas como a maratona é fundamental ter o acompanhamento de um profissional para evitar lesões e manter a qualidade do treinamento”.

Luciana planeja os próximos passos. “Pretendo continuar treinamento para maratonas. Agora que fiz minha primeira maratona, não quero parar nunca. Para mim, o esporte é uma forma de manter a qualidade de vida, preservar a saúde e ficar de bem comigo mesmo”, diz.



Luciana e Bernardo Moreira

Nacional de Futebol será em novembro no Rio

Será realizado entre os dias 14 e 16 de novembro, no Rio de Janeiro, o XII Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público. As partidas serão disputadas no Centro Cultural e Esportivo Israelita Adolpho Bloch, na Barra da Tijuca.

Como parte da preparação para o Torneio Nacional, acontecerão três treinos. Outras informações na Academia da AMMP, através do telefone (31) 2105-4872.

Color Run abre o calendário de corridas de setembro

Pela primeira vez, no dia 1º de setembro, será realizada em Belo Horizonte a Color Run. No dia 7, será disputada a Fila Night Race, tradicional corrida noturna com percursos de 5 e 10 km.

Já no dia 22, o palco será a zona sul da cidade. Com largada e chegada no BHShopping, a Track&Field tem percursos de 5 e 10 km pelas ruas do Bairro Belvedere, um dos pontos de encontro para treinamentos.

Tênis será dias 27 e 28

A nova edição do Torneio AMMP de Tênis será nos dias 27 e 28 de setembro. Nas três últimas edições, Fabrício Ferragini foi o grande campeão da categoria principal.

INFORMAÇÕES - Para outras informações sobre os eventos esportivos, entre em contato com a Academia da AMMP - (31) 2105-4872 ou cadastre e-mail enviando uma mensagem para academia@ammp.org.br. Acompanhe também as novidades pelas redes sociais.